

representa.coop



INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 8 – ano 2025

17 a 21 de fevereiro de 2025



DEFINIÇÃO SOBRE AS COMISSÕES NO SENADO E NA CÂMARA E A ENTRADA DO BRASIL NA OPEP+

SENADORES DEFINEM PRESIDENTES DAS COMISSÕES

Nesta quarta-feira (19), as comissões permanentes do Senado elegeram seus respectivos **presidentes**. A escolha dos nomes seguiu um consenso entre as lideranças partidárias e foi ratificada pelos membros de cada comissão.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), **avaliou como positiva a reunião de líderes realizada na terça-feira (18), destacando que o encontro foi fundamental para o início bem-sucedido das atividades das comissões**. Ele enfatizou a importância da harmonia e do diálogo no processo de definição dos presidentes e elogiou a observância do critério de proporcionalidade entre bancadas e partidos na distribuição dos cargos.

Ao **assumir a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Renan Calheiros (MDB-AL)** ressaltou a necessidade de fiscalização sobre os subsídios concedidos pelo governo federal à iniciativa privada, que atualmente somam R\$ 643 bilhões. Ele também afirmou que a comissão deverá tratar de outras questões relacionadas ao controle dos gastos públicos, como a gestão dos imóveis da União, contratos administrativos e os chamados "supersalários" – remunerações que ultrapassam o teto constitucional.

Já o senador **Otto Alencar (PSD-BA), novo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)**, garantiu que manterá um ritmo intenso de trabalho, declarando que será "o primeiro a chegar e o último a sair". Entre suas prioridades, ele destacou a **regulamentação da reforma tributária (PLP 108/2024)**, a promoção do desenvolvimento e a defesa da democracia, além de buscar maior sintonia entre a CCJ e o Plenário do Senado.

PRESIDENTES DAS COMISSÕES

Comissão	Presidente
Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)	Otto Alencar (PSD-BA)
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)	Zequinha Marinho (Podemos-RR)
Comissão de Esporte (CEsp)	Leila Barros (PDT-DF)
Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT)	Flávio Arns (PSB-PR)
Comissão de Educação e Cultura (CE)	Teresa Leitão (PT-PE)
Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC)	Dr. Hiran (PP-RR)
Comissão de Segurança Pública (CSP)	Flávio Bolsonaro (PL-RJ)
Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	Renan Calheiros (MDB-AL)
Comissão de Infraestrutura (CI)	Marcos Rogério (PL-RO)
Comissão de Direitos Humanos (CDH)	Dameres Alves (Republicanos)
Comissão de Meio Ambiente (CMA)	Fabiano Contarato (PT-ES)
Comissão de Relações Exteriores (CRE)	Nelsinho Trad (PSD-MS)
Comissão de Assuntos Sociais (CAS)	Marcelo Castro (MDB-PI)
Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR)	Professora Dorinha Seabra (União-TO)

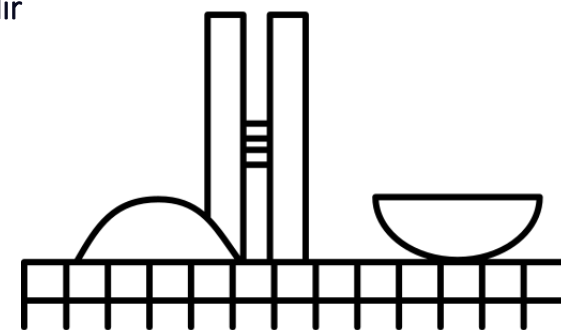
ANÁLISE – HUGO MOTTA SEGUE PROMOVENDO REFORMAS REGIMENTAIS

O novo presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta (REP-PB) **segue promovendo reformas institucionais** visando retomar a visão dos constituintes sobre a relação dos poderes e do trabalho legislativo. O parlamentar apresentou uma proposta de alteração no regimento interno da Casa para **ampliar os poderes das lideranças partidárias na definição das comissões permanentes**. A iniciativa surge em um contexto de dificuldades para a instalação desses colegiados e prevê que os líderes centralizem as indicações dos presidentes das comissões, **alterando o atual sistema de definição**. Com isso, busca-se **evitar conflitos internos nos partidos e impedir candidaturas avulsas** que possam gerar disputas imprevisíveis.

Caso a proposta avance, os presidentes das comissões, que hoje são eleitos e têm mandato garantido por um ano legislativo, **poderão ser substituídos a qualquer momento pelos líderes partidários**. Essa mudança daria **maior controle às cúpulas dos partidos sobre as direções das comissões**, garantindo que os indicados estejam alinhados às orientações partidárias. No entanto, a medida também reduziria a autonomia dos parlamentares que ocupam essas posições estratégicas.

A possibilidade de uma reformulação tão significativa no funcionamento das comissões ainda **não entrou em fase de regulação formal**, mas já **levanta debates sobre os impactos institucionais da proposta**. Defensores argumentam que a medida traria mais previsibilidade e coesão às decisões partidárias, enquanto críticos alertam para o risco de enfraquecimento dos legisladores, já que os presidentes das comissões poderiam ser removidos por decisão do partido em qualquer momento.

Se aprovada, a **mudança representaria uma reconfiguração importante na dinâmica de poder dentro da Câmara**. As comissões permanentes são responsáveis por analisar e debater projetos antes de sua tramitação no plenário, exercendo um papel fundamental no processo legislativo. Dessa forma, **a nova regra pode alterar significativamente o equilíbrio entre liderança partidária e autonomia parlamentar**, redefinindo o funcionamento interno da Casa.



BRASIL VAI INGRESSAR NO FÓRUM DA OPEP+

O Brasil aceitou o convite da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para ingressar na OPEP+, grupo que reúne países aliados do cartel formado por 13 grandes produtores de petróleo. O anúncio foi feito pelo **ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD-MG)**, marcando a entrada do Brasil em um novo espaço de diálogo sobre políticas energéticas globais.

O país será o **primeiro a aderir à chamada "carta de cooperação"** da OPEP, um **fórum de discussão que envolve tanto os membros da organização quanto os países da OPEP+**. Esse mecanismo permite que o Brasil participe das **discussões estratégicas sobre o mercado de petróleo sem se submeter às cotas de produção estabelecidas pelo cartel**. Dessa forma, o governo mantém total autonomia sobre suas decisões no setor energético.

A adesão **não gera nenhuma obrigação vinculante para o Brasil**. Durante a reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), foi reforçado que a "carta de cooperação" representa apenas um espaço de debate e troca de informações entre os produtores de petróleo. O governo brasileiro poderá, portanto, acompanhar de perto as movimentações do mercado sem qualquer necessidade de ajustar sua produção às diretrizes da OPEP.

Com essa decisão, o Brasil fortalece sua posição no cenário energético global, **ampliando sua interlocução com grandes produtores e podendo influenciar debates estratégicos sobre oferta, demanda e preços do petróleo**. No entanto, a participação nesse fórum exigirá uma gestão diplomática cuidadosa para equilibrar os interesses nacionais com as dinâmicas políticas e econômicas do setor.





Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link <https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua sugestão e/ou opinião.

